

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA AO ENSINO MÉDIO NO ESTADO DO CEARÁ: DA IDEACÃO À EXPANSÃO

Márcia Frota Fernandes¹
Francisco José Balduino da Silva²

RESUMO

Desenvolver um estudo envolvendo a implementação de políticas públicas para a educação profissional integrada ao ensino médio, leva-nos a uma ação reflexiva com o intuito de compreender quais os caminhos pelos quais percorreram essa temática, bem como o contexto histórico que impulsionou o desenvolvimento de políticas educacionais voltadas para a educação profissional. Esse trabalho tem como objetivo compreender o percurso histórico pelo qual passou a Educação Profissional no Estado do Ceará e quais fatores impulsionaram a ideação e materialização dessa política pública de educação, buscando ainda compreender como ocorreu a implementação da educação profissional na rede estadual de educação e analisar sua expansão entre os anos de 2008 a 2018, ou seja, uma década dessa política pública, com ênfase na expansão das Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEPs). Para a realização dessa pesquisa, traçamos nosso percurso a partir de um referencial teórico-metodológico na perspectiva do materialismo histórico-dialético, por meio da investigação qualitativa onde a pesquisa bibliográfica e pesquisa documental foram as modalidades de investigação. Podemos concluir que após uma década de implementação da educação profissional no Estado do Ceará houve uma crescente expansão no que se refere à matrícula, quantidade de cursos ofertados, quantidade de escolas e cidades atendidas.

Palavras-chave: Políticas Educacionais , Educação Profissional, Ensino Médio Integrado.

INTRODUÇÃO

Após várias reformulações o Ensino Médio Integrado (EMI) à Educação Profissional buscou apontar para uma proposta pedagógica que leve em consideração a formação humana integral. Dessa maneira, o EMI tem a pretensão de apresentar possibilidades de melhores condições para fortalecer a constituição de uma educação tecnológica apoiada na formação humana integral, cidadã e crítica e na superação da histórica dualidade estrutural da educação brasileira.

Sendo assim, é importante compreender o percurso histórico pelo qual passou a Educação Profissional, neste estudo especificamente no Estado do Ceará, e quais fatores impulsionaram a ideação e materialização dessa política pública de educação. Esse trabalho tem como objetivo analisar acontecimentos no âmbito político e econômico no Estado do Ceará, a partir do final da década de 80, que impulsionaram e tornaram férteis o campo das políticas

¹Professora de Filosofia da Rede Pública do Estado do Ceará. Mestre em Educação pelo Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Estado do Rio Grande do Norte; marcia.ffrota@gmail.com;

²Professor de História da Rede Pública do Estado do Ceará. Mestre em Ensino pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte; professorbalduino@gmail.com;

educacionais, bem como compreender como ocorreu a implementação da educação profissional na rede estadual de educação e analisar sua expansão entre os anos de 2008 a 2018, ou seja, uma década dessa política pública, com ênfase na expansão das Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEPs).

Para a realização dessa pesquisa, traçamos nosso percurso a partir de um referencial teórico-metodológico na perspectiva do materialismo histórico-dialético³, pois reconhecemos a necessidade de termos uma perspectiva de pesquisa que nos ajude a pensar a partir da realidade concreta dada, compreendendo nosso objeto de investigação como parte de uma totalidade complexa. A realidade, enquanto produto histórico, não resulta de um conjunto de fatos isolados, é junção de muitas determinações (MARX, 1992, p. 116).

A dialética pressupõe que a realidade é dinâmica e composta de fenômenos históricos, os quais estão vinculados uns aos outros, portanto, nossa pesquisa comunga com o pensamento de Demo (1995), que compreende o método dialético como sendo a melhor opção para orientar a compreensão da realidade social. De acordo com Gamboa (2000), o método dialético mostra interesse em transformar “situações ou fenômenos estudados, resgatando sua dimensão histórica (...) e desvendando suas possibilidades de mudança” (GAMBOA, 2000, p. 97), ou seja, não podemos compreender um fenômeno sem antes buscarmos compreender criticamente a totalidade e as transformações históricas pelas quais os fenômenos estão interligados.

Para essa busca da compreensão da realidade que nos inquieta, propomos realizar uma investigação qualitativa em que a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental sejam as principais modalidades de investigação. Sob essa perspectiva, iniciamos a pesquisa bibliográfica com o objetivo de compreendermos os estudos realizados sobre as políticas voltadas para a educação profissional integrada ao ensino médio, firmamos nossa pesquisa a partir de Frigotto; Ciavatta e Ramos (2005), Nascimento (2016), leituras que nos possibilitaram refletir sobre o percurso histórico dessas políticas bem como seu contexto político, social e econômico.

³O materialismo dialético é a concepção filosófica do partido marxista-leninista. Sendo um modo de abordar os fenômenos da natureza, seu método de estudar esses fenômenos e de concebê-los é dialético, e sua interpretação dos fenômenos da natureza, seu modo de focalizá-los, sua teoria, é materialista. Assim, o materialismo histórico é a aplicação dos princípios do materialismo dialético ao estudo da vida social, aos fenômenos da vida da sociedade, ao estudo desta e de sua história. Dentre os princípios da dialética destacamos: considera a natureza como um todo articulado e único, no qual os objetos e os fenômenos se acham organicamente vinculados uns aos outros, se interdependem e se condicionam mutuamente; entende que nenhum fenômeno da natureza pode ser compreendido, se focalizado isoladamente, sem conexão com os fenômenos que o cercam; o sujeito o perene movimento e a mudança consoante, renovando-se e desenvolvendo-se incessantemente; Assim como, parte do critério de que os objetos e os fenômenos da natureza levam sempre implícitas, contradições internas (SILVA, 2015, p. 23).

A pesquisa documental, buscou analisar alguns documentos oficiais que nos forneceram melhores condições de compreendermos e analisarmos criticamente as transformações e impasses pelas quais passou a política de educação profissional integrada ao ensino médio. Analisamos leis, decretos, instruções normativas, pareceres, plano de gestão, entre outros. Entre os documentos, analisamos a legislação federal: LDB nº 9.394 de 1996, a legislação estadual: Lei nº 14.273 de 2008, que estabelece a criação das Escolas Estaduais de Educação Profissional do Ceará.

CONTEXTO SOCIAL, POLÍTICO E ECONÔMICO QUE ASSEGUROU AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO ESTADO DO CEARÁ

A história nos conta que, por muito tempo, o estado do Ceará foi governado pelo grupo político liderado por Tasso Jereissati⁴, essa hegemonia perdurou quase 20 anos⁵ e durou até o ano de 2006. O governo de Tasso Jereissati tinha como proposta um governo de mudanças, intensificando cada vez mais a predominância do capital sobre o trabalho. De acordo com Nobre (2008), o governo proposto por Tasso, “permitiu amplo crescimento econômico com a manutenção da desigualdade social, abriu novos campos da acumulação capitalista enquanto potencializou outros, gerando resultados contraditórios na sociedade local” (NOBRE, 2008, p. 32-33). Percebemos que as mudanças propostas objetivavam o crescimento econômico e o fortalecimento do capital, essas mudanças também apontavam para a necessidade de mão de obra, ou seja, trabalhadores qualificados para atender às indústrias que estavam se instalando no estado⁶.

No ano de 2006, Cid Ferreira Gomes foi eleito governador do estado do Ceará no primeiro turno das eleições e, conforme nos aponta Nascimento (2016) em seus estudos, “Cid Gomes dá continuidade ao projeto neoliberal do governo anterior, reforçando alguns setores

⁴Empresário e político, filho do ex senador Carlos Jereissati, no final da década de 70 integrou um grupo de jovens empresários e presidiu o Centro Industrial do Ceará – CIC. Governou o estado do Ceará em três gestões: 1987 a 1990, 1995 a 1998 e 1999 a 2002, em 2002 foi eleito Senador pelo estado do Ceará e, em 2014, foi novamente eleito. Atualmente ocupa o segundo mandato como Senador da República. Informação disponível em <http://www.senadortasso.com.br/perfil/>. Acesso em 21 de abril de 2019.

⁵Foram governadores do estado do Ceará durante a hegemonia de Tasso Jereissati: Tasso Jereissati (PMDB) no período de 1987 a 1990, Ciro Ferreira Gomes (PSDB) no período de 1991 a 1994, Tasso Jereissati (PSDB), no período de 1995 a 1998 e no período de 1999 a 2002 e Lúcio Alcântara (PSDB), no período de 2003 a 2006, findando em 2006, com a eleição de Cid Ferreira Gomes (PSB).

⁶Dentre elas podemos citar a construção do Porto do Pecém e a ampliação do Aeroporto Internacional Pinto Martins na cidade de Fortaleza.

empresariais voltados para o mercado internacional e conservando o forte controle sobre as contas públicas” (NASCIMENTO, 2016, p. 119).

Via-se na educação um meio certo pelo qual alcançariam o desenvolvimento econômico, e nesse caminho a educação profissional seria um fator decisivo para se chegar ao desenvolvimento do estado, tendo em vista que o direcionamento para a educação profissional tecnológica e agro técnica visava incentivar a formação profissional, levando em consideração os arranjos produtivos regionais, com foco nas áreas estratégicas para impulsionar o desenvolvimento do estado, por meio, principalmente, da formação de parcerias entre o setor público e a iniciativa privada, incentivos fiscais e sobretudo da exploração da mão de obra. Nascimento (2016) afirma que

a busca pelo chamado desenvolvimento necessitava da presença do Estado de mãos dadas com a iniciativa privada, cabendo ao primeiro a organização do espaço geográfico através do investimento em grandes obras estruturantes, na constante busca em atrair investimentos; ao segundo caberia a inserção de suas empresas na região, explorando a mão de obra e o ambiente e aproveitando-se das isenções fiscais; como também caberia a construção e gerência de muitas dessas obras estruturantes do governo. (NASCIMENTO, 2016, p. 120)

Tendo como caminho as diretrizes para educação profissional tecnológica e agro técnica, o meio indicado para se chegar a esse fim estava disposto nos objetivos estratégicos e propostas de ações informadas nas Diretrizes para o Plano de Governo, percebemos a clara intenção em atender às novas demandas do mercado de trabalho e, para isso, se fazia importante reestruturar e ampliar a rede estadual de escolas agro técnicas, quanto mais instituições de formação de mão de obra, mais técnicos iriam vender sua força de trabalho a um preço bastante acessível. Mais tarde, a essas escolas agro técnicas somam-se à expansão da rede estadual de educação profissional, conforme veremos no próximo tópico.

Continuando a analisar o plano de governo, para as propostas de ações, o referido documento sugere implantar um Plano de Educação Profissional, Ciência, Tecnologia e Inovação e o desenvolvimento de uma concepção de educação profissional, bem como a ampliação da rede estadual de escolas agro técnicas, dentre outras. O referido documento apresentou um projeto de educação empenhado em contribuir com o desenvolvimento do Ceará, conforme evidencia a afirmação de Nascimento (2016)

O segundo⁷ ficou conhecido nacionalmente como um projeto da educação para contribuir com o desenvolvimento do Ceará, por meio da ligação da educação, ciência

⁷A campanha eleitoral, que destacava o “Grande salto que o Ceará merece”, ligado à coligação Ceará Vota para Crescer, que tinha como principal representante Cid Ferreira Gomes, apresentou à sociedade dois grandes projetos voltados para as questões sociais, um tratava de segurança e outro de educação. O primeiro foi apresentado como ronda do quarteirão, que atuaria inicialmente em Fortaleza e regiões metropolitanas, posteriormente esse projeto se estenderia às demais regiões do estado; o segundo tratava da educação profissional.

e tecnologia. Dessa forma, foi investido em educação profissional e no projeto que ficou conhecido como “a menina dos olhos” do governador: a criação da Rede de Escolas Estaduais de Ensino Profissional (EEEEPS). (NASCIMENTO, 2016, p. 121, grifos da autora)

Dessa forma, julgamos que o novo governo tinha a pretensão de acelerar o crescimento econômico do estado, e um dos meios estratégicos apresentados à sociedade era ofertar educação profissional, pois, o Ceará estava vivendo um período de grandes investimentos na área de infraestrutura, era preciso formar pessoas qualificadas para atender a essa demanda do mercado de trabalho. Sendo assim, a educação profissional tornou-se um componente complementar e estratégico do sistema educacional” (NASCIMENTO, 2016, p. 127).

A educação profissional, em sua gênese, teve um caráter assistencialista, ela foi pensada como uma forma de ajudar os mais pobres e desvalidos da sorte, ironicamente nesta situação, ela também foi pensada como uma forma de socorrer, dessa vez para impulsionar o desenvolvimento do estado. Seu caráter assistencialista sempre esteve presente no discurso, entretanto a educação profissional como composição da formação integrada⁸, na maioria das vezes, permaneceu em segundo plano. Sobre formação profissional como estratégia para o desenvolvimento, Ciavatta (2005) afirma que

A formação profissional passou a ocupar um lugar estratégico nos sistemas laborais da Região e converteu-se em matéria de negociação nos acordos coletivos. Os maiores esforços sobre inovação, desenvolvimento e transferência tecnológica ocorrem nos espaços formativos, onde a unidade de atenção não é apenas o trabalhador, mas as unidades produtivas, os setores e cadeias produtivas e de serviços; de onde advém o foco da educação profissional nas necessidades empresariais. (CIAVATTA, 2008, p. 7)

Esse entendimento ficou explícito em um estudo sobre capacitação tecnológica da população, realizado em dezembro de 2007, pelo Conselho de Altos Estudos da Câmara dos Deputados, que indica a falta de qualificação profissional da população como fator comprometedor de desenvolvimento econômico e aponta para a necessidade urgente de se promoverem ações direcionadas para a qualificação profissional dos trabalhadores e para assistência técnica aos pequenos negócios (Plano Integrado de Educação Profissional, 2008, p. 10).

⁸Para Ciavatta (2005) “A formação integrada sugere tornar íntegro, inteiro, o ser humano dividido pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar. Trata-se de superar a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado, escoimado dos conhecimentos que estão na sua gênese científico tecnológica e na sua apropriação histórico-social.” (CIAVATTA, 2005, p. 2-3). Nesse trabalho, pactuamos com o entendimento da autora sobre formação integrada.

O estudo em questão apontou para a falta de formação de profissionais de nível técnico e indicou que expandir a oferta de ensino técnico de nível médio no Estado do Ceará

representa uma importante contribuição para a consolidação e sustentação das políticas de desenvolvimento, em especial para a interiorização dessas ações nas regiões que apresentam potencial para desenvolvimento de atividades econômicas estratégicas para o Estado. (CEARÁ, PLANO INTEGRADO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, 2008, p. 15)

Dessa forma, a promoção da educação profissional apresentada no Plano Integrado de Educação Profissional e Tecnológica do Estado Ceará esteve muito mais ligada a interesses de desenvolvimento regional e econômico do que a interesses voltados para a promoção da formação humana integral, ou do trabalho como princípio educativo. Mais uma vez, o direito à educação foi usurpado, dando lugar a ações e políticas que favorecessem o desenvolvimento econômico e atendessem às necessidades do capital.

IMPLEMENTAÇÃO E EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO ESTADO DO CEARÁ: O QUE MUDOU APÓS UMA DÉCADA (2008 A 2018)

Seguindo à lógica do projeto de desenvolvimento regional e expansão da educação profissional, em consonância com a Lei Federal nº 11.741/08, o Estado do Ceará instituiu a Lei Estadual nº 14.273, de 19 de dezembro de 2008, que dispõe sobre a criação das Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP). Essa lei autorizou a criação, mediante decreto, das Escolas Estaduais de Educação Profissional, assegurando-lhes condições pedagógicas, administrativas e financeiras para a oferta de ensino médio técnico, conforme podemos observar abaixo

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar mediante Decreto, na estrutura organizacional na Secretaria da Educação - SEDUC, Escolas Estaduais de Educação Profissional - EEEP, sendo-lhes asseguradas as condições pedagógicas, administrativas e financeiras para a oferta de ensino médio técnico e outras modalidades de preparação para o trabalho.

Parágrafo único. Para garantir a necessária articulação entre a escola e o trabalho, o ensino médio integrado à educação profissional a ser oferecido nas Escolas Estaduais de Educação Profissional – EEEP, terá jornada de tempo integral. (CEARÁ, 2008)

Desde a instituição da Lei estadual nº 14.273/08, o Estado do Ceará vem desenvolvendo e ampliando a política de Ensino Médio integrado à educação profissional e seguindo as orientações do Plano Integrado de Educação Profissional. Em 2008, quando o programa foi iniciado, foram implantadas 25 EEEPs, que ofertavam, em 20 municípios, quatro cursos profissionais de nível técnico integrado ao ensino médio: Informática, Enfermagem, Guia de

Turismo e Segurança do Trabalho, atendendo 4.181 estudantes, conforme os registros documentais.

Quanto aos critérios de escolha dos cursos, em uma entrevista concedida a Lima (2014), Idilvan Alencar⁹, na época Secretário Executivo de Educação do Ceará, informou que os primeiros cursos foram escolhidos de acordo com o entendimento de quais seriam mais fáceis de operar de acordo com o mercado, levou-se em consideração também a facilidade de elaborar o currículo e implantar, tendo em vista o curto tempo entre a formulação da política e a implantação. Posteriormente, outros critérios foram sendo utilizados e ajustados na escolha, dentre eles “a análise dos arranjos econômicos dos municípios” (LIMA, 2014, p. 69), ou seja, para a escolha também se levou em consideração cursos em que os estudantes pudessem desenvolver, dentro dos municípios, atividades e oportunidades de trabalho e crescimento.

No processo de implantação das EEEP, a Secretaria de Educação optou por uma escola por município das Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação (CREDES) e uma escola em cada regional da Superintendência das Escolas Estaduais de Fortaleza (SEFOR), de acordo com Nascimento (2016),

Após escolhidos os territórios sedes, a Secretaria também estabeleceu critérios para a escolha das escolas, com isso as principais exigências eram situarem em áreas de vulnerabilidade social; apresentarem indicadores educacionais abaixo do esperado como forma de revitalizá-las; e estarem em condições mínimas necessárias à implantação. (NASCIMENTO, 2016, p. 135).

Nesse contexto, o processo de implantação teve suas complexidades, haja vista as escolas já terem iniciado o ano letivo, esse fator impulsionou a escolha de escolas com poucas matrículas, a fim de que a mudança não causasse tantos transtornos. Xerez (2013) em sua pesquisa afirma que

As primeiras escolas profissionais da SEDUC iniciaram atividades em agosto/2008. Os estudantes estavam matriculados nas escolas de Educação Básica e os que manifestaram interesse passaram por uma seleção interna, na qual o histórico escolar do aluno era o indicador determinante da aprovação para efetivar matrícula nas escolas de Educação Profissional Integrada de tempo integral. (XEREZ, 2013, p. 102)

Como podemos observar, as EEEPs começaram suas atividades efetivamente no segundo semestre de 2008¹⁰ e os alunos já estavam cursando o ensino médio, o que houve foi

⁹Atualmente é o Secretário de Educação do Estado do Ceará, possui mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), esteve, até início do mês abril do ano de 2016, como presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Informações extraídas do site da Secretaria de Educação do Ceará. <http://www.seduc.ce.gov.br/index.php/institucional/perfildirecaosuperior>. Acesso em 24 de julho de 2019.

¹⁰No segundo semestre de 2008, foram instituídos os Centros Educacionais para a Juventude (CEJOVEM), posteriormente denominados de Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP), quando da criação da Lei Estadual nº 14.273/08.

uma transferência de alunos para as EEEP, desde que os mesmos manifestassem interesse e se submetessem a uma seleção interna que levava em consideração apenas o histórico escolar do aluno. As vagas foram preenchidas de acordo com as notas apresentadas. A seleção de alunos para as EEEP ainda é feita dessa forma, amparada pela legislação vigente.

Passados mais de dez anos da implantação do projeto, constatamos uma expansão significativa, tendo em vista que o número de escolas foi ampliado de 25 para 119 escolas em 2018; o número de municípios contemplados passou de 20 para 95 municípios; bem como o número de cursos técnicos ofertados saltou de 4 para 52 cursos em 2018 e, por fim, o número de matrículas, que em 2008 era de 4.181, em 2018, registrou um total de 52.571 alunos matriculados. Para uma melhor compreensão, apresentamos, a seguir, um quadro (Figura 1) que representa a expansão das EEEP no Estado do Ceará no período de 2008 a 2018.

Figura 1 – Quadro da expansão das Escolas Estaduais de Educação Profissional no Estado do Ceará do ano de 2008 a 2018.

Ano	Escolas em funcionamento (Nº)	Municípios (Nº)	Cursos (Nº)	Matrícula Inicial (1ª, 2ª e 3ª séries)
2008	25	20	4	4.181
2009	51	39	13	11.349
2010	59	42	17	17.481
2011	77	57	43	23.916
2012	92	71	51	29.885
2013	97	74	51	35.981
2014	106	82	53	40.897
2015	111	88	52	44.897
2016	115	90	53	48.089
2017	116	93	53	49.894
2018	119	95	52	52571*

* Dados SIGE a serem consolidados até o fim do ano

Fonte: Secretaria da Educação do Ceará/Coordenadoria de Educação Profissional
Sistema de Gestão Escolar
Elaborados pelos autores

Analisando o quadro da expansão das EEEP no Estado do Ceará, observamos que houve uma crescente oferta de vagas para o ensino médio integrado à educação profissional e o percurso se mostrou cheio de dúvidas e desafios, um projeto pretensioso como esse exige estrutura física e planejamento a fim de viabilizar a materialização dessa proposta.

Uma das preocupações, à época da implantação, era a organização do espaço físico, a estrutura onde iriam funcionar essas escolas. Lima (2014) aponta que, para a escolha, o primeiro critério utilizado foi o de adaptar escolas que tinham baixa matrícula, até para não causar um maior desconforto, pois essa mudança mexeria com toda a redistribuição da rede estadual; outro fator preponderante foi a revitalização de prédios que não tinham muita procura dos alunos, como ocorreu com os Liceus. O projeto iniciou com 25 escolas e no primeiro ano de funcionamento ainda não existiam as escolas com a estrutura que se tem atualmente. Para que

pudesse ser ofertada a educação profissional, algumas escolas foram adaptadas a fim de atender ao projeto de formação profissional. Xerez (2013) aponta os tipos de estruturas de escolas para a educação profissional

Hoje existem três estruturas diferentes de escolas para Educação Profissional: a) básicas – onde funcionavam o Ensino Médio regular, adaptadas com ampliação de áreas, construção de laboratórios, refeitórios, enfim, uma adequação das estruturas físicas para comportar o funcionamento da Educação Integrada que acolhe o estudante durante dez horas na escola. b) liceus – outro modelo de escola em funcionamento são os liceus, construídos no governo de Lúcio Alcântara, com a finalidade de atender a Educação Básica e Profissional. São escolas novas e bem estruturadas. c) padrão MEC – é a escola mais moderna, construída especificamente para a Educação Profissional em horário integral. São chamadas escolas padrão MEC, já que há um disciplinamento do referido Ministério com um modelo arquitetônico que norteia o projeto local da edificação das escolas. (XEREZ, 2013, p. 104-105).

Como podemos observar, para que fosse possível materializar o projeto de educação profissional ao ensino médio foi necessário adaptar escolas já construídas, aproveitar a estrutura dos liceus que estavam sendo subaproveitados e iniciar a construção de novas escolas, estas teriam o padrão MEC¹¹, construídas especificamente para atender a oferta de ensino médio integrado. A princípio esse modelo teria sido iniciado pelo Instituto Federal do Rio Grande do Norte, mas foi finalizado pela equipe da SEDUC do Estado do Ceará.

Quanto à oferta dos cursos técnicos nas EEEP, houve um crescimento considerável desde o ano de sua implantação até o ano de 2018. No início foram ofertados quatro cursos: Enfermagem, Informática, Segurança do Trabalho e Turismo, a escolha dos cursos levou em consideração o perfil socioeconômico dos municípios e o projeto de desenvolvimento do governo estadual¹², atualmente são ofertados 52 cursos dos mais variados eixos tecnológicos, que constam no Catálogo Nacional de Cursos Técnico (CNCT). O Relatório de Gestão de 2008 a 2014 justifica a escolha dos cursos seguindo alguns critérios:

o contexto econômico de crescimento do turismo e da construção civil, a análise da Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará (ETICE) quanto à necessidade de formação técnica em informática para atuação profissional qualificada em quaisquer áreas de profissionalização, além da relação institucional com a Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP/Ce), que desenvolvia um programa de formação técnica em Enfermagem. Dado a complexidade do curso de Técnico em Enfermagem, registra-se que a parceria com a ESP/Ce foi fundamental no sentido de viabilizar tal formação juntamente com a SEDUC. (RELATÓRIO DE GESTÃO, 2014, p. 28)

¹¹Segundo Nascimento (2016) foi construída especialmente para a Educação Profissional em horário integral. Possuem instalações e um design mais moderno. Sua estrutura foi pensada e elaborada para todo Brasil, mas cada Estado pode adaptar à realidade climática, cultural e ambiental do local (NASCIMENTO, 2016, p. 135).

¹²Informações extraídas do site da Educação Profissional do Ceará. Disponível em http://educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=39&Itemid=149. Acesso em 24 de julho de 2019.

Mais uma vez observamos que o contexto econômico possuiu fator determinante para a expansão da educação profissional no Ceará, bem como para sua execução, tendo em vista que até a escolha dos cursos foi orientada por esses fatores econômicos. A SEDUC levou em consideração também a escolha de cursos que teriam uma maior facilidade de execução, optou por aqueles que não necessitavam tecnicamente de laboratórios em complexidade com equipamentos e materiais de consumo diversificado.

Para os anos posteriores a 2008, aconteceram estudos para a ampliação da oferta dos cursos. Lima (2014) afirma que

Desde 2009, os cursos são escolhidos e formatados de acordo com os arranjos econômicos dos municípios. É analisada a viabilidade técnica para o desenvolvimento dos cursos, quais sejam: os recursos humanos; professores e consultores para desenvolvimento do curso; possibilidade de instalação de laboratórios técnicos; número de habitantes; dentre outros. Além disso, são priorizadas as parcerias com as prefeituras, quando cedem locais para construção das escolas e viabilizam os campos de estágio. É importante ressaltar o diálogo com o setor produtivo, bem como outras instituições que desenvolvem a educação profissional no estado e aquelas que estão diretamente ligadas com o mundo do trabalho. (LIMA, 2014, p. 42)

Em 2018, o número de cursos ofertados nas EEEP chegou ao total de 52 cursos distribuídos em 12 Eixos Tecnológicos. O Catálogo dos Cursos Técnicos¹³ das EEEP disponibiliza o perfil profissional desejado, a matriz curricular com a carga horária de estudo e as áreas de atuação profissional. Percebemos ainda que a escolha dos cursos anda lado a lado com o setor produtivo, tendo em vista que há o constante diálogo entre as instituições, e nessa parceria entre o público e o privado, o público oferece estagiários em conclusão do curso técnico e o privado recebe esses alunos para trabalharem sem nenhum custo, pois todo o suporte é ofertado pela rede estadual, desde a mão de obra, é claro, até o acompanhamento profissional de um Orientador de Estágio e o valor da bolsa estágio que é pago aos alunos mensalmente pelas horas trabalhadas.

Seguindo a lógica da expansão da educação profissional integrada ao ensino médio, a matrícula inicial dessa modalidade em 2008 era de 4.181, mantendo-se crescente, no ano de 2018 foram matriculados 52.571 alunos no ensino médio integrado da rede estadual de educação profissional no estado do Ceará, o que representa que aproximadamente 12% do alunos do ensino médio estão nas EEEPs, esses estudantes, ano a ano vêm sendo contemplados

¹³Disponível em

http://educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6&Itemid=241 .

Acesso em 24 de agosto de 2019.

com a ampliação do acesso. Até 2017, 75.719 alunos concluíram a formação técnica em uma das escolas de educação profissional do estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos que a discussão e as transformações em torno das políticas públicas de educação profissional integrada ao ensino médio são constantes, principalmente quando as transformações e propostas educacionais são reformuladas, o que quase sempre acontece de acordo com o ideário de grupos políticos dominantes. Dessa forma, foram vários fatores que levaram o governo estadual a implantar a rede estadual de educação profissional, esses motivos foram fortalecidos pela justificativa de necessidade de alinhamento entre as políticas públicas federais e as políticas públicas estaduais.

Ressaltamos que a demanda do mercado de trabalho e a necessidade de ofertar profissionais para as empresas foram fatores determinantes para uma política voltada para a formação técnica. Nessas circunstâncias, o Ceará estava em um período de desenvolvimento e as indústrias, a iniciativa privada e o mercado estavam necessitados de mão de obra qualificada, de preferência com valores módicos, fatores estes que favoreceram ainda mais a expansão da oferta de educação profissional integrada ao ensino médio, essa expansão ficou evidente desde implantação em 2008 até o ano de 2018, ano em que o Estado do Ceará completou uma década de Educação Profissional integrada ao Ensino Médio.

REFERÊNCIAS

CEARÁ. **Lei nº 14.273, de 19 de dezembro de 2008.** Dispõe sobre a criação das Escolas Estaduais de Educação Profissional – EEEP, no âmbito da Secretaria da Educação e dá outras providências. Fortaleza, 2008. Disponível em <http://www.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/leis2008/14273.htm>>. Acesso em 15 de setembro de 2019.

CEARÁ. **Plano de Gestão da Escola Estadual de Educação Profissional Francisca Neilyta Carneiro Albuquerque.** 2014.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em Ciências Sociais.** 3. ed. São Paulo:Atlas, 1995.

GAMBOA, Sílvio Sánchez. A globalização e os desafios da Educação no limiar do novo século. *In:* LOMBARDI, José Claudinei. (Org.). **Globalização, Pós-modernidade e Educação: história, filosofia e temas transversais**. Campinas: Associados, 2001.

LIMA, Ana Léa Bastos. **Escolas Estaduais de Educação Profissional – a experiência de ensino médio integrado à educação profissional no Ceará a partir de 2008**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Juiz de Fora – Programa de Pós-graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, Juiz de Fora, 2014.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política: os economistas**. São Paulo: Abril, 1992.

NASCIMENTO, Ana Carolina Veras do. **Ensino Médio Integrado à Educação Profissional (2008 a 2014): Crítica à concepção de formação em Escolas de Educação Profissional Cearense**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN, Natal, 2016.

NOBRE, Maria Cristina de Queiroz. **A modernização do atraso: a hegemonia burguesa do CIC e as alianças eleitorais da “Era Tasso”**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, UFC, Fortaleza, 2008.

RAMOS, Marise. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. *In:* FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. (Orgs.). **Ensino Médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

SILVA, Cybelle Dutra. **Implementação Das Políticas De Educação Profissional Técnica de Nível Médio: Estudo de caso da Escola Técnica Estadual Cícero Dias Recife/Pe (2010-2014)**. Dissertação (Mestrado); Instituto Federal do Rio Grande do Norte – IFRN, 2015.

XEREZ, Antonia Solange Pinheiro. **Educação Profissional no Ceará: políticas e práticas na efetivação dos centros vocacionais técnicos em cenários de reforma (1990-2010)**. Tese (Doutorado), Universidade Nove de Julho – UNINOVE, 2013.